

# consciência Bancária

EDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXVII - 6517 - QUINTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2020



## SANTANDER PRESSIONA E AMEAÇA OS FUNCIONÁRIOS

Fonte: Bancários Bahia

O Santander mostra que não se importa com a saúde dos funcionários. O presidente do banco espanhol no Brasil, Sérgio Rial, determinou que todos os trabalhadores da rede obtenham a certificação CPA-20 até o fim deste ano. Ainda fez ameaça velada aos funcionários de lojas físicas ao impor o “desafio” de “triplicar o valor da venda por metro quadrado”.



Em um trecho do comunicado, distribuído via Now, lembrou que no ano passado foi exigido a barra mínima de CPA 10 para todos no varejo. Reforçou que em 2020 será pensada a qualificação mínima para todos nas áreas de apoio. “Instituímos a máxima ‘ninguém fica para trás’, para ajudarmos todos os irmãos e irmãs do Santander a chegarem lá, e não ficarem na cola da dispersão”.

O movimento sindical acredita que qualificação é importante, mas não deve ser usada como instrumento de as-

sédio e demissões, como aconteceu com o CPA-10, em 2019. O resultado foi desastroso: muitos não conseguiram a certificação por desenvolver quadros graves de ansiedade e pânico no processo.

Sérgio Rial falou que com a Selic a 4,25% espera “mais vendas de consórcio”, além de pressionar os empregados das lojas físicas com o resultado dos canais digitais. “Quero ver as melhores lojas vendendo cartões, mas muito além do que já fazemos no canal digital, ou seja, vendendo mais de 100 mil cartões todos os meses. Não quero comprar a premissa de que o canal digital pode tudo - acredito no canal físico, mas me ajudem a manter essa crença”. Uma espécie de ameaça.

## SE PRIVATIZAR BANCOS PÚBLICOS, O BRASIL PERDE

Defender os bancos públicos é uma das prioridades do movimento sindical, não só por conta da economia do país, mas por uma sociedade mais justa e pelo bem estar do povo brasileiro. As instituições são responsáveis pelo financiamento da produção familiar, habitação, educação, saúde, segurança.

Com o enfraquecimento das estatais, serão muitas perdas para a população. Menos estudantes de baixa renda nas universidades, encarecimento dos alimentos e do crédito imobiliário, aumento da desigualdade regional e redução dos investimentos no setor produtivo. Constitucional de Financia-



mento do Nordeste) chegaram a R\$ 29,5 bilhões. Mais da metade (56%) foi destinado a empreendimentos em zonas do semiárido.

\*Confira matéria completa no

[www.bancariositabuna.com](http://www.bancariositabuna.com)

Fonte: SBBA

## ASSEMBLEIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS HOJE

Os bancários e bancárias associados ao Sindicato devem comparecer hoje (20), às 18h, para Assembleia Geral Ordinária, a fim de deliberarem as seguintes matérias da Ordem do dia:

1. Leitura, apreciação e votação das peças que compõem o BALANÇO FINANCEIRO dos meses janeiro a dezembro do exercício de 2019, caracterizando a prestação de contas desta Entidade.

2. Leitura, apreciação e votação do Orçamento Anual referente ao exercício de 2020.

Os referidos documentos se encontram à disposição dos associados para qualquer averiguação.

Aguardamos a presença de todos(as)!

## EDITAL ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Sindicato dos Bancários de Itabuna e Região, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.358.204/0001-03, Registro Sindical nº 118.036/67 por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os empregados em estabelecimentos bancários dos bancos públicos e privados, sócios e não sócios, da base territorial deste Sindicato, para a Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 27/02/2020, quinta-feira às 18h00min, em primeira convocação, e às 18h30min, em segunda e última convocação, no Auditório do Sindicato dos Bancários de Itabuna e Região, situado na Av. Duque de Caxias, 111 - Centro - Itabuna - BA, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia:

1. Discussão e deliberação acerca da possível desistência das ações impetradas pelo Sindicato a partir de 1 de setembro de 2018, referente a 7ª e 8ª horas dos bancários.

Itabuna(BA), 18 de fevereiro de 2020.

JORGE BARBOSA DE JESUS

Presidente

# SOLIDARIEDADE E APOIO AOS PETROLEIROS

A já histórica greve dos petroleiros vai se configurando numa importante jornada de enfrentamento ao bolsonarismo. São 21 mil trabalhadores parados em mais de 120 unidades do Sistema Petrobrás. A paralisação já obteve uma primeira vitória; a suspensão das demissões na Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR) e uma audiência entre o TST e a direção nacional dos petroleiros para negociação.

As reivindicações – cumprimento do acordo coletivo e cancelamento das demissões em massa – transcendem as fronteiras da categoria. A começar por sua legalidade confrontada por quem deveria respeitar as regras do Estado Democrático de Direito. A decisão monocrática do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra, de decretar a “ilegalidade” da greve choca-se com a Constituição Federal e com o papel mediador que deve ser exercido pela justiça trabalhista.

No mérito da questão, como dizem os juristas ao se referirem ao que realmente interessa numa demanda, faltou compreensão acerca dos valores democráticos e o desrespeito às garantias e aos direitos fundamentais. A Constituição define com clareza iluminista o que é o direito de greve. Ela pode ser tudo, menos ilegal. Mas é, no essencial, uma justa tomada de posição pela categoria, com interface para o conjunto dos trabalhadores.

A Justiça do Trabalho e sua base jurídica – a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Constituição – surgiram para proteger a parte mais fraca da relação capital-trabalho. Seus ideólogos fundamentaram essa tese de forma tão consistente que todas as investidas contra ela não surtiram efeito. Sem força para revogá-la, optaram por atalhos como esse de Ives Gandra.

Só por esse motivo, os petroleiros devem receber apoio irrestrito da classe trabalhadora. Mas a questão vai além; ela envolve a defesa da democracia. A atitude do ministro do TST se soma à determinação do governo Bolsonaro de destratar a categoria e prosseguir com a política de jogar famílias no flagelo social com o desemprego em massa e de destruição do patrimônio público.

Outro mérito da greve é o de mostrar as graves consequências da política de preços da Petrobras, com reajustes baseados na paridade com o mercado internacional, mais uma margem para eventuais riscos decorrentes da cotação do dólar. A categoria está mostrando a perversidade dessa política, que castiga o povo com preços exorbitantes de gasolina e gás.



A greve dos petroleiros já é uma grande barreira para o bolsonarismo. Não há dúvida de que a tendência é de recrudescimento do arbítrio para impedir que o exemplo se espalhe. A flagrante violação da legalidade democrática e a determinação de enfrentar as consequências da paralisação num setor estratégico da economia nacional prenunciam um duro embate pela frente.

Um sinal dessa tendência são os ataques violentos e de baixa intensidade moral que começam a aparecer em veículos de comunicação da mídia. O aparato ideológico que sustenta a truculência governista sempre entra em ação quando os trabalhadores se mobilizam para reivindicar e defender seus direitos.

A posição dos petroleiros, por sua vez, também tende a se fortalecer. À categoria não resta outro caminho a não ser o de se valer da sua histórica capacidade de mobilização e de combatividade para enfrentar o arbítrio e a truculência. Esses trabalhadores têm plena consciência de que são alvos do projeto de poder bolsonarista por serem agentes do principal polo econômico e tecnológico do desenvolvimento nacional.

São condicionalidades que exigem um amplo e unitário movimento em defesa dos petroleiros. Ao atacá-los, o bolsonarismo ataca o povo brasileiro. Ataca um dos fundamentos da nação e a história que custou vidas e muito sacrifícios para que o Brasil pudesse ser um país em vias de desenvolvimento, agora novamente truncado por um projeto de poder incompatível com a democracia e com a soberania nacional.